

DA POLÍTICA E DO CRIME

PELO VISCONDE DE SANTO-THIRSO

É um facto curioso e uma lei sem excepção que a gente fala sempre daquilo que não tem. Falam de dinheiro os pelintras; da saúde os doentes; de comida os dispépticos; e tem conversas eróticas os velhos babosos e os mancebos imberbes. As mulheres virtuosas tem uma atracção especial pelos «mauvais lieux», e o seu desejo de se encontrar com as que o não são, corresponde perfeitamente ao desejo destas de se encontrarem com aquelas; e o que impede essa aproximação são os maridos, tanto por amor à virtude de umas, como ao pecado das outras. Um Lovelace explicava o seu successo em tôdas as classes, dizendo que tratava as «cocottes» como duquezas e as duquezas como «cocottes». É êste amor pela incoerência que nos faz comer carneiro com geleia de maçã, pato com rodas de laranja, e gelado de baunilha com chocolate quente, e que explica todos os actos da humanidade, desde os amores ancilares de Abraão até à pompa régia de que se cercam os presidentes da República.

É por isso que, quando eu noto que um povo inteiro se ocupa de política, concluo, primeiro, que a influência dêsse povo nos negócios públicos é nula; segundo, que êsses negócios correm mal. Das coisas que correm bem ninguém fala. Ninguém teve a

singular experiência de um amigo lhe dizer espontaneamente: «Estou em ótima saúde» ou «tenho recebido regularmente todos os meus dividendos». Mas todos encontramos diariamente um amigo que se nos queixa de dores de cabeça antes de nós manifestarmos o mais pequeno interesse por essa parte — as mais das vezes sem grande importância — da sua anatomia, ou se nos lamenta que a Companhia tal, de que é accionista, não deu dividendo, sem que nós tenhamos exprimido o menor intuito de lhe pedir cem mil réis emprestados.

Ora, em França — devo dizê-lo com mágua — toda a gente fala de política. Nas ruas, nos cafés, nos clubes os menos políticos, em família ao serão, não se fala mesmo de outra coisa. E quem, como eu, se desinteressa completamente dos negócios do Estado, por ter chegado ao convencimento de que o seu interesse não põe nem tira, vê-se obrigado a aprender de cor um certo número de nomes de pessoas que não conhece — tal e qual como aprende a taboada — para não parecer que se acha num país estranho, cuja língua ignora.

Felizmente, porém, aparece de vez em quando um ou outro mais benemérito a cometer um crime sensacional e misterioso que ocupa a atenção pública pelo menos até que a polícia descubra qual matou e qual foi morto, o que em geral leva seu tempo.

Dá-se um caso dêsses, e os jornais que pretendem ser lidos, mandam correspondentes especiais ao lugar do crime. Se não fôsem tão concordes as narrativas dos jornais, eu imaginaria que se tratava apenas de um folhetim rocambolesco. Mas ainda não estou convencido que os crimes com todos os seus horrores e complicações inúteis não seriam mandados cometer por uma companhia fabricante de «films» cinematográficos. No ano 2 ou 3 «ante belum» (espero que a guerra venha a substituir a era cristã e a hegira e quero ser o primeiro a usá-la) vi em Londres uma peça chamada «Kismet» admiravelmente representada, e mais admiravelmente posta em cena, por Oscar Asche. Nessa peça tirada das «Mil e Uma Noites», dava-se o episódio de ser um homem afogado numa vasta piscina. A piscina, no meio do palco, estava mais cheia de água que os reservatórios da Companhia das Águas de Lisboa no verão, ou que as pipas de vinho de qualquer taberneiro sabedor do seu officio. Para que não houvesse dúvida

a tal respeito, duas lindas nadadoras de «maillot» côr de carne atiravam-se à água com um «splash» convincente e nadavam alguns minutos. Retiradas as donzelas à vida privada e aos seus lençóis de banho, dava-se a grande cena trágica. Kismet atirava o vilão para dentro de água. A vítima agarrava-se com as mãos à borda da piscina. Mas o implacável Kismet, pondo-lhe as mãos na cabeça, obrigava-o a mergulhar e mantinha-o imerso até que, passado um minuto ou dois, os espectadores viam os dedos largarem a borda e o desgraçado desaparecer, ao passo que distintamente ouvia o «glu-glu» das bôlhas do ar que vinham à superfície. Pessoas benévolas asseguravam-me que era um «truc», mas nunca mo souberam explicar. E ainda hoje estou convencido que o Oscar Asche pagava tôdas as noites a um homem para se deixar afogar. Como a peça se representou dois anos a seguir, deve ter ela custado setecentos e trinta homens à população da Inglaterra. E venham-me agora os inglesas falar nas atrocidades da guerra!

Eu não afirmo que o homem morresse efectivamente. Apenas exprimo uma convicção pessoal, lembrando-me que os Estados Unidos, para estudarem a doença endémica na Havana, ofereciam 40 dólares a cada homem para morrer de febre amarela.

E nunca lhe faltaram candidatos, talvez por ser um emprêgo público e indubitavelmente vitalício.

O facto é que as entidades que apaixonadamente interessam o público são os políticos e os criminosos, embora eu não possa ver paridade nenhuma entre êles. Os criminosos são por officio trágicos e os políticos são involuntária e inconscientemente cómicos, à excepção de alguns, raros, que dão vontade de chorar.

A razão psicológica dêste interêsse é que o público gosta de sensações fortes. Mas de entre elas judiciosamente prefere aquelas que provêm do perigo ou do mal dos outros.

Assim, o público prefere muito assistir a um incêndio com salvações dramáticas e duvidosas, na casa alheia, com o vizinho à janela, que as labaredas lambem, gritando por socorro, a ver o mesmo espectáculo, que aliás seria de interêsse muito mais intenso, na própria casa, com êle próprio à janela pedindo o auxílio dos bombeiros em gritos e gestos de uma energia inteiramente desproporcionada ao valor real da sua vida.

É também pelo mesmo sentimento que um homem que nunca

espetou nada num touro, a não ser um garfo depois dêle assado, e mesmo assim preferindo o gado manso ao bravo, assiste a tôdas as touradas num lugar de barreira de onde possa alguma vez chegar à garupa do bicho com a ponta da bengala. E quem se arreceia de um gato assiste com frémios de prazer ao espectáculo de um leão agachado sob o chicote do domador de cabelo frisado e bigode retorcido, com uma farda de *hussar* imaginário, coberta por condecorações que não existem. Eu sempre supuz que era mais o respeito pelas comendas do que o medo ao chicote que subjugava o leão.

Sendo assim, não admira que o assassínio de outra pessoa interesse o público, embora cada um considerasse uma sensaboria extremamente desagradável o seu próprio assassínio.

Há quem pretenda que é das fitas cinematográficas a culpa dos crimes actuais. Querem-me fazer crer que já havia cinemas no tempo de Abel e Caim.

O que acontece na realidade é que tôda a gente se interessa mais por um grande crime que por uma acção heróica ou boa. É que no crime não há ninguém que possa excitar inveja — nem a vítima nem o autor, se foi descoberto. Pelo contrário, cada um tem a consciência de ser moralmente superior ao assassino e estar materialmente em situação mais prospera que o assassinado. Tem portanto uma viva satisfação de amor próprio. Em presença de um acto heróico ou de uma grande acção de generosidade, o amor próprio de cada um lisongeia-se por pertencer a um grupo de marnais em que há um indivíduo capaz de sacrificar a sua vida para salvar a de um camarada, ou de dar a sua fortuna para suprimir sofrimentos. Mas considera qualquer a êsses actos uma descabida censura à sua própria vida, e acha-os amplamente remunerados pelo aplauso convencional e postumo.

A inferioridade do crime relativamente à política, quanto à sua capacidade de interessar o público, é que o crime é transitório ao passo que a política é permanente.

Uma vez descoberto o cadáver com a bala na cabeça, a primeira coisa que ocorre à justiça é chamar os médicos-legistas e mandar-lhe abrir o abdomen para saber de que morreu êle. Procura-se depois o criminoso, em seguida os cúmplices. Achado tudo isto, o público não pensa mais no caso; e quando, quatro ou cinco

anos depois, o assassino é condenado, ou absolvido, já ninguém sabe porque é que esse cavalheiro foi mandado para a Guiana, ou para as ruas de Montmartre, expiar o crime ou cometer outro.

Com os políticos não sucede o mesmo. O interesse mantém-se quando eles entram no Ministério e quando eles saem do Ministério, quando eles fazem tolices ou quando se limitam a dizê-las.

E é justo, pois quem paga o divertimento é quem tem direito a gosá-lo. Ora, no crime é a vítima só que o paga. É pois a vítima a única pessoa que tem direito a gosar o episódio a que o público é admitido de borla.

Mas na política o caso é outro. Quem paga o espectáculo é o público, e devo dizer que não lhe sai barato. É o povo que faz o simpático papel de vítima. Os políticos que estão no poder representam o papel de protagonistas e os da opposição o da justiça — uns dão-lhe o tiro, os outros fazem-lhe a autópsia. O drama é permanente como o espectáculo de um cinematógrafo.

É por tudo isto que as vítimas da política têm um divertimento muito mais intenso e duradoiro que as vítimas dum crime.

Visconde de Santo-Thirso nas «Cartas de Algueres»

O DIREITO FISCAL NO ROMANCE PORTUGUÊS MODERNO — No recente livro do Dr. Virgílio Godinho — «O Calcanhar do Mundo» — o autor situa a acção numa aldeia da Beira.

Romance poderoso, em que um grande sôpro dramático agita dezenas de personagens, numa atmosfera de brutalidade primitiva impregnada de alta espiritualidade — o direito fiscal tem também lá a sua página.

No «Calcanhar do Mundo» onde uma gente dura e distante luta todos os instantes em corpo-a-corpo com a terra avara — a cidade, o Governo, o Estado são noções míticas, longínquos temores, cujo contacto só é feito através dum Fisco tentacular:

«Pagam enquanto vivos, pagam depois de mortos. Pagam ao senhor Governo fatia grossa, à senhora Câmara um destempêro, à senhora Junta tem-te não caias, à província, ao turismo, às federações, aos consórcios, e até ao desemprego, tudo rica dinheirama arrancada à terra mártir para engordar os da cidade, uns para que dêem vivas, outros para que não deitem bombas. Pagam as ressalvas militares dos filhos que as fomes invalidaram, as prediais com todos os contrapesos, as licenças das

juntas, muares, canitos e jumentos, pagam por engenhos e picotas, por palheiros e adegas, pelo que compram e pelo que vendem, pelo que semeiam e pelo que colhem, pagam para trilhar os maus caminhos que elles próprios cavam nas rochas, pagam pelo trigo que moem e pelo centeio que tragam, pagam se decililitram, pagam se jejuam, pagam para trabalhar e até para receberem o salário. Só a preguiça parece estar isenta, mas essa não demora por estes cêrros inhóspitos.

Depois, vivem ainda sob o pesadêlo das sisas, cada dia mais avantajadas, e das sumptuárias, cada vez mais injustas, arreceiam-se das multas iminentes e implacáveis, como das penas infernais, dariam metade do sangue para que não houvesse tanta protecção às viuvas e órfãos, e, quanto aos braçais, única colecta que de certo modo lhes aproveita directamente, e, por isso mesmo, a que mais regateiam, redimem-nos a dias de jornal, regando com o suor do rosto os incriveis caminhos, mas sobretudo cavando ou surribando alvas estradinhas para as quintas dos senhores, de modo que as fidalgas tenham trem à porta, ao passo que os tristes, regressando aos lares por horrídeos atalhos, vão ainda arrotear as terras à fraca luz de lanternas, para se não perder a maré das sementeiras...».

Esta página poderia ter sido escrita em qualquer país moderno — desde que o autor tivesse igual talento.

Contudo (e para escarmento da nossa vaidade, pois queremos ser em tudo os primeiros) deve dizer-se que o contribuinte português é o que menos paga entre todos os europeus, e que o nosso país no dizer de especialistas estrangeiros, está ainda, a-pesar-de tudo, na infância do direito fiscal...

A LEI DA BOA RAZÃO — Essa lei de 18 de Agôsto de 1769, reforma do nosso direito cujas normas seriam, alguns anos mais tarde, desenvolvidas e integradas nos Estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra, impunha sanções graves aos advogados que se afastavam da boa-fé e lisura de procedimento.

Transcrevemos do seu § 7.º: «Tem por enquanto a experiência mostrado que as sobreditas interpretações dos advogados consistem ordinariamente em raciocínios frívolos e ordenados mais a implicar com sofismas de verdadeiras disposições das leis, do que demonstrar por elas justiça das partes. Mando que a todos os advogados que cometerem os referidos atentados e forem nêles convencidos de dolo sejam nos autos, a que se juntarem os assentos, multados, pela primeira vez em 50\$00 para as despesas da Relação e em seis meses de suspensão, pela segunda vez em privança de grau, que tiverem pela Universidade, e pela terceira vez em cinco anos de degrêdo para Angola, se fizerem assinar clandestinamente as suas alegações por diferentes pessoas, incorrendo na mesma pena os assinantes, que seus nomes emprestarem para a violação das muitas leis, e perturbações do sossêgo público.

Quando o litígio sôbre que é consultado, contém injustiça manifesta contra o direito natural ou positivo, o advogado não deve aceitar o seu patrocínio. Se a justiça de litígio é duvidosa, pela natureza da prova ou pela obscuridade do direito, o advogado não dissimula ao seu cliente. Seja a causa justa ou duvidosa, o advogado em seu patrocínio escrupulosamente deve evitar a mentira, ou artifício, e nunca surpreender a injustiça. De outro modo compromete a probidade, a honra e a nobreza da advocacia».

INSTITUTO DA CONFERÊNCIA — Não publica este número a sua habitual secção sobre a actividade do «Instituto»; é que elle corresponde aos meses de férias, em que não se realizaram sessões.

No quarto número da Revista a secção ressurge, enriquecida agora com os resultados da actividade do Instituto da Conferência que vem funcionando, com fama e brilho, na cidade do Pôrto.

AGRADECIMENTOS — Tôdas as publicações jurídicas do país se referiram à «Revista da Ordem» com expressões de camaradagem e carinho que nos penhoram — e indistintamente agradecemos a tôdas.

Destacaremos todavia a «Revista do Notariado e Registo Predial», que pela pena luminosa do Dr. Pedro Pita — um dos mais insígnies advogados portuguezes, nos fez uma alusão tão gentil, e tão cativante, que mais do que qualquer outra nos sensibilizou.